

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.580.479 - RJ (2019/0269099-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : BANCO VOTORANTIM S.A.  
**ADVOGADOS** : CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - RJ151486  
RICARDO ALEXANDRE PERESI - RJ213593  
**AGRAVADO** : SEBASTIAO DE MEDEIROS FREITAS  
**ADVOGADOS** : SANDRA LOPES TEIXEIRA - RJ086714  
PAULO SERGIO PINTO MONTEIRO - RJ084108

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por BANCO VOTORANTIM S.A. contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO E INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO DIANTE DA AUSÊNCIA DE LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA. ACOLHIMENTO PARCIAL. IRRESIGNAÇÃO.*

*Iniciada a fase de cumprimento de sentença, foi ofertada impugnação, na qual o impugnante sustentou:*

*(i) a inexigibilidade do título diante da ausência de liquidação da sentença; (ii) a ausência de demonstrativo de débitos; (iii) a ausência de comprovação dos descontos cuja restituição é requerida pelo Agravado; (iv) o excesso do valor executado diante do equívoco no número de parcelas descontadas; e, por fim, (v) a necessidade de abatimento do montante depositado em favor do Agravado no âmbito do contrato questionado.*

*O juízo acolheu em parte a impugnação para que nova planilha seja apresentada contendo apenas o valor de 38 parcelas descontadas indevidamente para serem restituídas em dobro.*

*Primeiramente, tem-se que a liquidez que não resulta descaracterizada pela eventual necessidade de cálculos aritméticos para a determinação do valor devido.*

*Por outro lado, assiste razão ao agravante quando sustenta excesso do valor executado diante do equívoco no número de parcelas descontadas. Da análise dos autos, verifica-se que o correto são 35 (trinta e cinco) parcelas.*

*Por fim, também assiste razão ao agravante quanto a necessidade de abatimento do montante de R\$35.007,70 (trinta e cinco mil sete reais e setenta centavos) depositado em favor do Agravado quando da celebração do contrato fraudulento, sob pena de enriquecimento indevido.*

*Parcial provimento do recurso, para reformar a decisão agravada e determinar que o agravado apresente nova planilha contendo apenas o valor de 35 parcelas descontadas indevidamente para serem restituídas em*

*dobro, bem como para que seja abatido o valor de R\$35.007,70 (trinta e cinco mil sete reais e setenta centavos), depositado ao agravado na época da celebração do contrato" (fls. 42-43, e-STJ).*

Os embargos declaratórios foram parcialmente acolhidos (fl. 93, e-STJ).

No recurso especial, o recorrente alega que houve violação dos arts. 489, 1.022, 373, I, 502 505, 506, 507, 509, 783 e 786 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta que:

a) o título judicial é ilíquido e, portanto, não é passível de execução, e

b) não se comprovou a maioria dos descontos.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Sem contraminuta.

É o relatório.

**DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Inicialmente, observa-se que o tribunal de origem indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão do recorrente.

Ademais, quanto à liquidez do título e aos descontos realizados, o aresto recorrido registrou:

*"(...)*

*O juízo acolheu em parte a impugnação para que nova planilha seja apresentada contendo apenas o valor de 38 parcelas descontadas indevidamente para serem restituídas em dobro.*

*Pois bem. Observa-se que o título judicial, cuja execução se pretende, muito embora não indique com precisão, o quantum debeatum, afigura-se líquido, por conter todos elementos necessários à possibilidade da fixação do valor devido.*

*Ressalte-se que a necessidade de elaboração de meros cálculos aritméticos para a confirmação dos valores apresentados pelo credor em planilha de débito, não tem o condão de retirar a liquidez do título, devendo o douto magistrado, em caso de dúvida, se socorrer do Contador Judicial.*

*(...)*

*Por outro lado, assiste razão ao agravante quando sustenta*

***excesso do valor executado diante do equívoco no número de parcelas descontadas.***

*Isso porque, nos termos do contrato, a primeira parcela foi descontada em agosto de 2009 e a última em junho de 2012, o que totaliza 35 (trinta e cinco) parcelas que foram descontadas indevidamente e que devem ser restituídas. Aliás, o próprio credor, ora agravado, ao apresentar planilha de cálculo, indicou como devidas apenas 35 (trinta e cinco) parcelas, fls. 325 do Anexo 303, logo, verifica-se que a decisão agravada está equivocada quando determinou a apresentação de nova planilha com 38 (trinta e oito) parcelas.*

*Por fim, também assiste razão ao agravante quanto a necessidade de abatimento do montante de R\$35.007,70 (trinta e cinco mil sete reais e setenta centavos) depositado em favor do Agravado quando da celebração do contrato fraudulento, sob pena de enriquecimento indevido.*

*Pelo exposto, voto pelo parcial provimento do recurso, para reformar a decisão agravada e determinar que o agravado apresente nova planilha contendo apenas o valor de 35 parcelas descontadas indevidamente para serem restituídas em dobro, bem como para que seja abatido o valor de R\$35.007,70 (trinta e cinco mil sete reais e setenta centavos), depositado ao agravado na época da celebração do contrato" (fls. 46-48, e-STJ - grifou-se).*

Nesse contexto, não é possível a esta Corte apreciar o entendimento exarado na origem, porquanto teria que, necessariamente, rever o contexto fático-probatório dos autos, procedimento inviável nesta via extraordinária, consoante disposto na Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Relator